

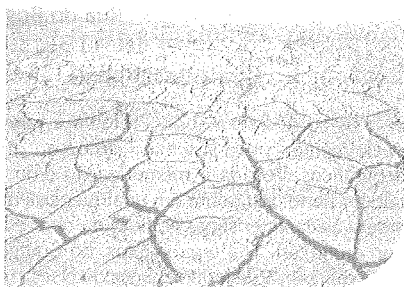


JOSÉ RUBENS MORATO LEITE
PATRYCK DE ARAÚJO AYALA



DANO AMBIENTAL

Do individual ao coletivo
extrapatrimonial. Teoria e Prática



6.^a edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

STJ00098826
DANO AMBIENTAL

Do individual ao coletivo extrapatrimonial

— TEORIA E PRÁTICA —

6.^a edição revista, atualizada e ampliada

JOSÉ RUBENS MORATO LEITE

PATRYCK DE ARAÚJO AYALA

1.^a edição: 2000; 2.^a edição: 2003; 3.^a edição: 2010;
4.^a edição: 2011; 5.^a edição: 2012.



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Visite nosso site: www.rt.com.br

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil: [04-2014]

Profissional

Fechamento desta edição: [15.04.2014]



ISBN 978-85-203-5193-2

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PALAVRAS DESNECESSÁRIAS.....	9
NOTA DOS AUTORES À 6. ^a EDIÇÃO	11
NOTA DOS AUTORES À 5. ^a EDIÇÃO.....	13
NOTA DOS AUTORES À 4. ^a EDIÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO	21

PARTE I

TEORIA DO DANO AMBIENTAL

1. O ESTADO E O MEIO AMBIENTE	27
1.1 A crise do desenvolvimento econômico e o meio ambiente	27
1.2 Estado de Direito do Ambiente: uma difícil missão.....	31
1.3 Gerações de Direitos Ambientais, mudanças climáticas e conceito de Estado de Direito Ambiental.....	37
1.3.1 Gestão transdisciplinar de risco na era de desastres e catástrofes ambientais.....	40
1.3.2 O conceito do Estado de Direito Ambiental.....	43
1.4 Estado de Direito Ambiental.....	45
1.4.1 Necessidade de uma cidadania participativa e solidária – Democracia e justiça ambiental.....	45
1.5 Princípios estruturantes do Estado de Direito Ambiental	54
1.6 Princípio da precaução e atuação preventiva.....	56
1.7 Princípio da cooperação.....	61
1.8 Princípio da responsabilização.....	63
2. DANO AMBIENTAL: CONCEITUAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADE CIVIL.....	77
2.1 Meio ambiente: noções genéricas	77
2.2 Meio ambiente em sentido jurídico	84
2.3 Meio ambiente como macrobem.....	88
2.4 Meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental ...	91
2.5 Sintetizando o conceito de meio ambiente	96
2.6 Dano ambiental: noções genéricas e classificação.....	97

2.6.1 A juridicidade do dano ambiental em comparação com o dano tradicional	103
2.7 Dano ambiental no ordenamento jurídico brasileiro	105
2.8 Quadro ilustrativo de dano ambiental no direito estrangeiro	108
2.8.1 O novo regime de responsabilidade ambiental na União Europeia ...	114
2.9 Dano ambiental e responsabilidade civil	118
2.9.1 Sociedade de risco e responsabilidade ambiental	118
2.9.2 Noções gerais sobre responsabilidade jurídica no ordenamento jurídico brasileiro	124
2.9.3 Da responsabilidade clássica do Código Civil brasileiro de 1916 e o Código Civil de 2002	129
2.9.4 Responsabilidade objetiva e legislação ambiental: evolução	134
2.9.5 Novas funções preventivas e de precaução da responsabilidade civil por dano ambiental	141
2.9.5.1 Funções preventivas e inibitórios processuais da responsabilidade civil	144
2.9.6 Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente no âmbito da Lei 9.605, de 1998	148
3. DANO AMBIENTAL INDIVIDUAL E COLETIVO	153
3.1 Dano ambiental individual	153
3.2 Dano ambiental individual, reflexo ou indireto e direito de vizinhança ambiental	156
3.3 Ação popular ambiental	161
3.3.1 Direito subjetivo fundamental e cidadania ambiental individual ...	161
3.3.2 Legitimidade ativa	165
3.3.3 Legitimidade passiva	169
3.3.4 Aspectos condenatórios da demanda popular	170
3.4 Dano ambiental coletivo	171
3.5 Condições para a imputação da tutela reparatoria do dano ambiental ...	176
3.5.1 Novas perspectivas em matéria de nexo de causalidade em responsabilidade civil por danos ambientais	177
3.5.1.1 A teoria das probabilidades como mecanismo renovado para o nexo de causalidade em face do dano e riscos ambientais	189
3.6 Limite da tolerabilidade e do dano ambiental	194
3.7 Omissão e dano ambiental	199
3.8 Responsabilidade do Estado e dano ambiental	201
3.9 Excludentes de responsabilidade: caso fortuito e força maior	204
3.10 Prescrição do dano ambiental	206
3.11 Efeitos transfronteiriços da poluição e o dano ambiental	209

4. DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL	213
4.1 Noções genéricas.....	213
4.2 Formas de reparação	214
4.2.1 Restauração natural.....	215
4.2.2 Compensação ecológica	217
4.2.2.1 Parâmetros para compensação ecológica	219
4.2.2.2 Compensação ecológica: casos jurisdicionais	220
4.3 Compensação ecológica: valor do dano e questões preliminares	223
4.3.1 Dificuldade de valoração do dano ambiental	223
4.3.2 Questões preliminares.....	224
4.4 Compensação ecológica: métodos para avaliação do dano ambiental....	225
4.5 Reparação integral do dano ambiental.....	229
4.6 Fundos, garantias e seguros para reparação do dano ambiental.....	230
4.7 Medidas de prevenção e reparação do dano ambiental no Sistema da União Europeia e Direito Português	234
4.8 Tutela jurisdicional do dano ambiental coletivo: ação civil pública	241
4.8.1 Importância do tema	241
4.8.2 Interesse jurídico ambiental.....	245
4.8.2.1 Noções preliminares	245
4.8.2.2 Interesses ou direitos difusos.....	248
4.8.2.3 Interesses ou direitos coletivos	249
4.8.2.4 Interesses ou direitos individuais homogêneos	249
4.8.2.5 Titulares ativos e passivos da tutela reparatória ambiental – Legitimação	250
4.9 Implicações jurídicas da conceituação do bem ambiental.....	253
4.9.1 Objeto da ação.....	254
4.9.2 Inquérito civil público	258
4.10 Termo de ajustamento de conduta e meio ambiente	260
5. DANO EXTRAPATRIMONIAL OU MORAL AMBIENTAL	265
5.1 Nomenclatura e evolução	265
5.2 Aceitação do dano extrapatrimonial no direito brasileiro	269
5.2.1 Tratamento jurisprudencial antes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	272
5.2.1.1 No Supremo Tribunal Federal.....	272
5.2.1.2 Constituição Federal de 1988	274
5.2.2 Tratamento jurisprudencial a partir da Constituição vigente	275
5.3 Fundamento legal do dano extrapatrimonial ou moral ambiental	278
5.4 Dano extrapatrimonial ambiental e suas conexões com o direito da personalidade	279
5.5 Dano extrapatrimonial: do individual ao coletivo – Pessoa física, pessoa jurídica e coletividade – Tendências atuais.....	284

5.6	Dano extrapatrimonial ambiental: Conceituação, Classificação e Admissibilidade.....	292
5.6.1	Conceituação.....	292
5.6.2	Comprovação da ocorrência do dano extrapatrimonial ambiental difuso	296
5.7	Dificuldades de reparação indenizatória do dano extrapatrimonial	297
5.8	Nova jurisprudência do STJ sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental: mudança de paradigma hermenêutico	300
5.8.1	Elementos da juridicidade do dano extrapatrimonial ou moral ambiental.....	303
5.8.2	Síntese dos acórdãos sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental do STJ	305
5.8.3	Uma análise sistêmica da jurisprudência fundada na hermenêutica jurídica ambiental	313
5.8.4	Considerações finais sobre hermenêutica e novo paradigma na jurisprudência sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental....	319

PARTE II

PRÁTICA – JURISPRUDÊNCIA DO DANO AMBIENTAL

1.	O dano ambiental em uma sociedade de riscos: sensibilidade ecológica e função judicial na jurisprudência brasileira.....	321
1.1	O dano ambiental e as funções da responsabilidade civil no plano de um dever estatal de proteção do meio ambiente	324
1.2	O dano moral ou extrapatrimonial coletivo, em matéria ambiental, e o princípio da reparação integral	352
2.	O princípio da reparação integral e a conformação da relação de causalidade.	364
2.1	A reparação integral e a imprescritibilidade do dano ambiental.....	371
3.	A responsabilidade civil preventiva em matéria ambiental e a influência do princípio da precaução	376
3.1	O princípio da precaução e a responsabilidade civil em matéria ambiental. O nexo de causalidade e a mitigação da carga probatória.....	392
4.	Responsabilidade civil ambiental e o diálogo das fontes	402
5.	Responsabilidade civil no contexto das mudanças climáticas globais.....	403
6.	O assim denominado “novo” Código Florestal e o princípio de proibição de retrocesso ambiental: desafios para a manutenção de um princípio de reparação integral.....	413
	CONCLUSÃO	429
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	443